## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015**

## **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O Espírito Santo vive a sua pior crise hídrica dos últimos 80 anos, que vem afetando a agricultura, a pesca e principalmente o fornecimento de água tratada para a população, trazendo à tona a preocupação com o uso consciente da água e seu reúso pelo cidadão, pelos governos, pelas empresas e pela Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento).

Diante do quadro atípico de seca, o Governo do Estado, a Cesan, os municípios, as empresas, os agricultores, os órgãos ambientais e, principalmente, a população entenderam o novo cenário de escassez hídrica e se engajaram na redução do consumo, economizando, em 2015, 16 bilhões de litros de água em relação ao ano anterior. Mesmo com os mananciais em estado crítico, a Cesan conseguiu manter o fornecimento de água para a população nos municípios onde detém a concessão.

Por outro lado, a crise hídrica gerou uma redução na receita e consequentemente na arrecadação, diminuindo os recursos destinados a novos investimentos, fazendo com que a Cesan adotasse medidas para a redução de custos e despesas.

No entanto, as boas práticas de gestão que vêm sendo implantadas ao longo dos últimos anos na Cesan, acompanhada do engajamento de seus empregados, possibilitou à Empresa ter um resultado econômico positivo, mesmo diante das adversidades, e concluir obras importantes para a melhoria da qualidade de vida da população, como a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, contribuindo com a saúde da população e reduzindo a poluição do meio ambiente.

O ano de 2015 também foi marcado pelo início da operação da Parceria Público-Privada (PPP) no município de Serra e pelo anúncio de investimentos importantes, como o estudo da PPP para o município de Vila Velha, o início da construção do novo Sistema Reis Magos para captação e tratamento de água no município de Serra, bem como a assinatura de contrato de financiamento entre Governo do Estado e Banco Mundial, no valor de US\$ 323 milhões, correspondente a cerca de R\$ 1,2 bilhão de reais, para o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, que visa fomentar a gestão dos recursos hídricos e promover o uso coordenado da água, do solo e de recursos relacionados ao desenvolvimento sustentável do Estado. Diante da crise, surgiram ainda novas oportunidades de negócio com o início da utilização de água de reúso das Estações de Tratamento de Água e Esgoto da Companhia, transformando-se em uma potencial fonte de receita e redução da água captada nos mananciais.

Outra ação importante do Governo do Estado foi a destinação, logo no início da crise hídrica, da represa Rio Bonito, localizada no município de Santa Maria de Jetibá, para reservação de água do Rio Santa Maria da Vitória para abastecimento da população.

## Resultados

A receita líquida apresentou um crescimento de 3,11% em relação ao período anterior, alcançando R\$ 703 milhões. A geração de caixa operacional (EBTDA) foi de R\$ 154 milhões e o lucro líquido de R\$ 65 milhões.

Os investimentos da Cesan em 2015 totalizaram R\$ 173,4 milhões e foram destinados principalmente para a construção de novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando 2,3 milhões de pessoas com água tratada de qualidade e 1,3 milhões de pessoas com coleta e tratamento do esgoto.

Por fim, foi visível a grande mudança de consumo de água por parte de toda a sociedade e a Cesan está revisando seus processos e o modelo de negócio em busca de parcerias estratégicas para aumentar a capacidade de investimentos de forma a assegurar a universalização do abastecimento de água para a população e aumentar a capacidade de coleta e tratamento de esgoto, garantindo mais saúde para a população e contribuindo com a despoluição do meio ambiente no Espírito Santo.

A Administração

## 1. CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Ao longo do exercício de 2015, a Cesan buscou manter as 52 concessões, auxiliando vários municípios a elaborarem seus Planos Municipais de Saneamento. A Companhia espera realizar a renovação dessas concessões dentro do próximo exercício.

#### 2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

## Programa Pró-Rural

O Pró-Rural (Programa Especial para Comunidades Rurais), de 1991, atua na elaboração de projetos e execução de obras de implantação, melhoria e ampliação de sistemas de saneamento em localidades de pequeno porte. Os projetos são elaborados por meio de contratos, custeados com recursos próprios da Cesan e as obras são realizadas com recursos diretos do Governo do Estado ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em parceria com as prefeituras municipais.

A gestão e operação dos sistemas de saneamento implantados pelo Pró-Rural são realizadas por moradores da própria comunidade, que recebem treinamento e suporte técnico da Companhia. Há cobrança de taxa entre os usuários do sistema, a qual é totalmente realizada e utilizada pela gestão comunitária para manutenção e operação do sistema. O município, por vezes, também atua no suporte financeiro à operação e manutenção. A Cesan realiza suporte técnico ao tratamento e à mobilização da comunidade para autogestão, treinamento dos operadores indicados pela comunidade, além de suporte eletromecânico em equipamentos e automação de sistemas. No exercício de 2015 o Pró-Rural recebeu R\$ 2,9 milhões em investimentos da Cesan.

## Tarifa Social

É um benefício da Cesan em forma de desconto sobre as tarifas de água e esgoto para clientes de baixa renda inscritos nos programas sociais Bolsa Família, Bolsa Capixaba e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os descontos podem chegar a 60% do valor da tarifa. Durante o exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 3 milhões para o programa.

## Subvenção de Tarifa

Benefício concedido como desconto sobre as tarifas de água e esgoto a entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos, caracterizadas pela prestação gratuita de serviços à sociedade e que tenham personalidade jurídica de direito privado e reconhecimento de utilidade pública pelos órgãos que tratam do bem-estar social. Os descontos são de 50% da tarifa e o valor total mensal destinado às subvenções não pode ultrapassar 0,2% (dois décimos por cento) da receita operacional da Cesan, registrada no Balanço da Companhia. Em 2015, a Companhia destinou R\$ 1,9 milhões para esse benefício.

#### Doações e Patrocínios de Eventos

A Companhia apoiou no exercício de 2015 diversos projetos com recursos das Leis de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, como a Lei 8.313/91 (Lei Rouanet – Projetos Culturais e Artísticos), a Lei 11.438/2006 (Projetos Desportivos e Paradesportivos) e a Lei 8.069/90 (FIA - Fundo da Criança e do Adolescente).

Projeto	Entidade	Valor	Fonte
Enesdança 2015	Arte Vila Projetos Culturais	15.000,00	Lei Rouanet
11º Festival Nacional de Teatro	Ratimbum Produções e Artes	20.000,00	Lei Rouanet
21ª Edição do Vitória Cine Vídeo	Instituto Brasil de Cultura e Arte	30.000,00	Lei Rouanet
Livro RB 40 - Ronaldo Barbosa	Instituto Modus Vivendi	100.000,00	Lei Rouanet
Escola no Esporte e Cidadania	Instituto Viva a Vida	25.000,00	Lei do Esporte
Projeto Vôlei Vida	Assoc. Moradores de Guaranhuns	5.000,00	Lei do Esporte
Projeto Vôlei Vida	Assoc. Moradores de Guaranhuns	25.000,00	Lei do Esporte
Fundo Infância e Adolescência (FIA)	Conselho Munic. de Cariacica	10.000,00	FIA
Total de Incentivos		230.000,00	

#### 3. MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

#### Educação Ambiental

Entre as atividades socioambientais desenvolvidas pela Cesan estão visitas às estações de tratamento, ações educativas em unidades de conservação, feiras ambientais, entre outras. Em 2015 a Companhia atendeu a um público de 22.361 pessoas na Grande Vitória e no Interior, por meio dos seguintes programas, projetos e ações:

#### Programa Cesan na Escola

Visa promover a valorização do saneamento através da utilização de recursos didáticos e da sensibilização para a preservação dos recursos hídricos. Os principais temas são: o combate ao desperdício de água, a correta ligação do esgoto doméstico às redes coletoras da Cesan e o uso e conservação dos sistemas.

O Programa Cesan na Escola atende principalmente à demanda espontânea de escolas públicas e privadas da educação infantil ao ensino médio.

## Programa de Visitas Técnicas Monitoradas às ETAs e ETEs

Tem como um dos objetivos proporcionar aos visitantes melhor compreensão sobre os serviços de saneamento prestados pela empresa e sensibilizar para a preservação dos recursos hídricos e a importância dos sistemas de esgotamento sanitário. Foram atendidas 2.293 pessoas nas estações da Cesan em 2015.

#### Sensibilização Externa

Trabalho que visa atender diversas solicitações da sociedade, por meio da realização de palestras para o público de empresas e outras instituições.

#### Feiras e Eventos Ambientais

Os eventos e feiras ambientais representam uma oportunidade para a Cesan fortalecer sua imagem perante a população e para informar aos clientes sobre os serviços prestados, bem como sobre o uso e conservação dos sistemas. Em 2015, a Companhia esteve presente em três eventos:

- a) Feira Ambiental de Piúma
- b) Ação de Limpeza do Rio Jucu em Marechal Floriano
- c) I Encontro de Educação Ambiental de Vila Velha

## Dia Mundial da Água

Em 2015, a Cesan organizou, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Sedu), o lançamento do Programa "Poupe na Rede", que visa reduzir o consumo de água nas escolas da rede de ensino. Foi utilizada a Unidade Móvel de Educação Ambiental da Cesan como forma de divulgação dos serviços prestados e da referida unidade ao público presente no evento, constituído por professores, pedagogos e alunos convidados.

## Atendimento às Condicionantes de Educação Ambiental

O principal objetivo é sensibilizar a população da área de abrangência dos sistemas para a importância dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estimular o uso adequado dos sistemas e formar multiplicadores.

Em 2015, para atendimento às condicionantes de Educação Ambiental, referentes aos Sistemas de Esgotamento Sanitário do Bairro Aeroporto, em Guarapari, e do Bairro Araçás, em Vila Velha, foi feito um levantamento das atividades realizadas na área de abrangência desses sistemas no período de 2009 a maio de 2015 e encaminhado relatório ao órgão ambiental.

As condicionantes de Pedro Canário e Meaípe foram atendidas por meio de contrato de execução de ações socioambientais, que englobou tanto ações de comunicação social quanto de educação ambiental.

Outra condicionante atendida foi a referente à implantação do Reservatório de Água Garoto. Foi contratada empresa especializada para elaboração do Programa de Educação Ambiental para o Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira, além da entrega para a prefeitura municipal de dez banners e 5 mil folhetos.

## Sensibilização Interna

Trata-se de atividade educativa voltada para o público interno, constituído por empregados, estagiários, adolescentes aprendizes e terceirizados.

Em 2015 foram realizadas palestras no Programa "Primeiros Passos" (Programa de Integração à Cesan) e em alguns eventos de Sensibilização do Modelo de Excelência em Gestão (MEG).

### Programa Água Boa, Copo Certo

Promove ações educativas junto aos empregados, sensibilizando-os quanto à qualidade da água consumida dentro das unidades da Cesan, a importância da limpeza dos reservatórios internos e a redução do consumo de copos descartáveis.

#### Unidade Móvel de Educação Ambiental (Umea)

A Umea é um importante instrumento educativo para levar informação sobre os serviços prestados pela Cesan e seus benefícios. Essa unidade foi totalmente reformada em 2014/15. Trata-se de caminhão-baú composto pelos seguintes recursos didáticos: painéis retroiluminados sobre o tema água; painel em plotter apresentando o ciclo da água da Cesan; maquete retratando as instalações intradomiciliares corretas de água e esgoto e sobre o controle do desperdício; e tela *touch screen* com plataforma interativa.

Foi realizada a ação "Conhecendo a Unidade Móvel de Educação Ambiental da Cesan", com a finalidade de divulgar a Umea para empregados, terceirizados, estagiários e adolescentes aprendizes. A Umea pôde ser visitada nas seguintes unidades: Carapina, ETE Camburi, Vale Esperança, Cobi e Araçás. Foram atendidas 188 pessoas nas unidades da Cesan.

#### Número de Pessoas nas Ações de Educação Ambiental 2015

Cesan na Escola	16.801
Visitas Técnicas	2.293
Sensibilização Externa	1.873
Feiras e Eventos Ambientais	892
Sensibilização Interna	262
Umea	
Dia Mundial da Água	52
Total	22.361

## Relação com a Comunidade

#### Programa de Comunicação Social de Obras

Para minimizar os impactos causados por obras de implantação ou melhorias de sistemas de água ou esgoto nas comunidades, a Cesan realiza ações de comunicação social, como reuniões com os moradores e visitas informativas nos locais de abrangência das obras. São realizadas ainda atividades de sensibilização sobre a importância das obras de saneamento para a saúde e o meio ambiente, com informações sobre os empreendimentos, como abrangência, prazos de execução, tarifas, além da orientação quanto à utilização dos serviços de forma correta.

## Atendimento às Demandas Espontâneas das Comunidades Referentes aos Serviços de Água e Esgoto

O principal objetivo desse processo é fortalecer as relações com a comunidade, por meio do atendimento às demandas espontâneas das comunidades em relação às solicitações de implantação e melhorias

de serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário e ao funcionamento dos sistemas operados pela Cesan. As demandas das comunidades são recebidas e encaminhadas pela Divisão de Relações com a Comunidade da Cesan, prestando um atendimento personalizado para esse público, buscando estabelecer um canal direto de diálogo entre sociedade e empresa.

Os canais de entrada das demandas são os Escritórios de Atendimento ao Cliente localizados nos municípios, o setor de Protocolo Geral, além do e-mail <a href="mailto:comunidade@cesan.com.br">comunidade@cesan.com.br</a>.

#### Comunicação de Interrupção Programada no Sistema de Abastecimento de Água de Forma Personalizada

Com objetivo de minimizar os impactos decorrentes das paralisações nos sistemas de abastecimento de água em função de questões operacionais, a Cesan tem a iniciativa de informar com antecedência às lideranças comunitárias e aos formadores de opinião sobre paralisações programadas nos sistemas de abastecimento de água.

A comunicação é realizada por meio de envio de SMS e e-mails para lideranças comunitárias, que disseminam a informação junto às suas comunidades.

#### Pesquisa de Satisfação das Lideranças Comunitárias

Os objetivos dessa pesquisa são de analisar o processo de interação entre o líder comunitário e a Cesan como uma prestadora de serviços e identificar a satisfação das lideranças comunitárias da Grande Vitória. São avaliados aspectos relacionados aos serviços de água, esgoto e relacionamento da Cesan com esse público. Os resultados da pesquisa são disseminados nas áreas operacionais, sendo um instrumento de apoio para análise e proposição de melhorias em seus processos de trabalho.

#### Atendimento às Condicionantes Ambientais de Comunicação Social

Para cumprimento de legislação ambiental para fins de atendimento às condicionantes dos empreendimentos de água e esgoto, a Cesan elabora projetos de comunicação social conforme solicitação dos órgãos de fiscalização.

Projeto	Ação	Quant. de Ações	Quant. de participantes
	Abordagem domiciliar	6	4.763
	Sonorização	5	-
Comunicação Social de obras	Visita Técnica	1	6
	Reunião Comunitária	1	30
	Visita à ETE	1	16
Atendimento às	Reunião Comunitária	15	270
demandas espontâneas	Visita Técnica	22	103
coponicancas	Abordagem	4	131
Comunicação	e-mails	87	972
de paralisação no SAA			902
Pesquisa de Satisfação de Lideranças	Entrevista via contato telefônico	1	133
	Palestra Educativa	1	600
	Reunião Comunitária	4	64
Atendimento às Condicionantes	Abordagem	2	385
de Comunicação Social	Capacitação em Saneamento Ambiental	1	44
	Visita à ETE	1	26
	Visita Técnica	1	13
Total de participa	antes		8.458

## Comitês de Bacias Hidrográficas

Os comitês de bacia hidrográfica são fóruns que compõem o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, sendo a primeira instância de discussão e gestão do uso das águas. A Cesan, na condição de usuária direta dos recursos hídricos para benefício de grande parcela da população

capixaba, participa dos comitês de bacia desde a criação destes por decretos governamentais. Dessa forma, a Cesan entende que contribui para o fortalecimento de uma gestão múltipla, justa e equilibrada do uso das águas no Espírito Santo.

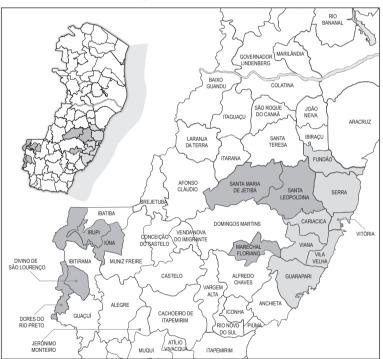
A Cesan está presente em todas as 12 grandes regiões hidrográficas do Estado do Espírito Santo e tem se mantido atuante como membro dos comitês de bacia constituídos, além de participar ativamente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Em 2015, os Comitês das bacias dos rios Jucu, Santa Maria da Vitória e Benevente definiram metas de qualidade d'água e diretrizes de outorga pelo uso da água nas respectivas bacias hidrográficas, como também aprovaram seus Planos de Bacia. A Cesan, como membro da plenária e das diretorias desses comitês, participou ativamente de todas as etapas, repassando informações sobre os sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitário nos mananciais em questão e contribuindo com sua equipe técnica nas discussões e construção dos documentos.

#### Monitoramento de Recursos Hídricos

#### Programa de Monitoramento Ambiental

Face ao investimento realizado em saneamento pelo Governo do Espírito Santo e pela Cesan na Região Metropolitana da Grande Vitória nos últimos anos e a previsão de investimento para as regiões Serrana e do Caparaó, em grande parte com recursos do Banco Mundial, a Cesan monitora e acompanha a evolução da qualidade dos recursos hídricos, construindo indicadores relacionados aos impactos positivos das obras de coleta e tratamento de esgoto nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, regiões Serrana e do Caparaó.



O Programa de Monitoramento Ambiental de Obras de Saneamento da Cesan contempla o monitoramento de rios, estuários e praias.

### Rede Hidrométrica de Monitoramento dos Mananciais

A Cesan investiu na aquisição de equipamentos de medição direta de vazão em rios de pequeno e médio porte. Em 2014 foram adquiridas e instaladas seis estações fluviométricas, sendo quatro automáticas com telemetria, dando início ao acompanhamento direto do nível e vazão dos principais mananciais que abastecem a Região Metropolitana da Grande Vitória. Em 2015 foi instalada mais uma estação fluviométrica automática com telemetria.

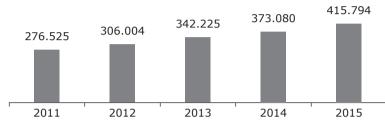
Esse monitoramento permite conhecer a disponibilidade da água, resultando em iniciativas em três dimensões: estratégica, para subsidiar a empresa em ações preventivas frente a períodos de cheias ou escassez e melhor dimensionamento das suas unidades de abastecimento de água e tratamento de esgoto; ambiental, para captar do rio o que ele realmente pode oferecer ou lançar efluente que ele pode diluir, num melhor ajuste entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental; e legal, no cumprimento de condicionantes de outorga conforme previsto para algumas captações.

## Programa Se Liga na Rede

O Programa Se Liga na Rede é uma iniciativa da Cesan para a despoluição das praias e rios, através da mobilização da população para efetivar as ligações dos imóveis à rede coletora de esgoto implantada na Grande Vitória. Em cada comunidade onde o sistema está liberado são promovidos encontros comunitários com as lideranças locais, e representantes da Companhia vão de porta em porta explicar a importância da ligação de esgoto com o objetivo de estimular os moradores a tomarem a iniciativa de conectar os imóveis à rede.

Em 2015 ampliamos em 13% o número de imóveis (economias) ligados na rede e conquistamos 42,7 mil novos imóveis ligados na rede. A prioridade no último ano foi garantir a ligação de esgoto dos grandes geradores de esgoto doméstico, ou seja condomínios e clientes comerciais.

## Número de economias ativas (unidades)



## Programa Biogás

O Projeto Biogás foi desenvolvido entre os anos de 2014 e 2015 para reduzir os custos associados à disposição final do lodo e buscar a sustentabilidade no processo de tratamento do esgoto, através de soluções que permitam que os resíduos gerados em determinado processo possam ser utilizados como insumo para outro. O projeto apresentou uma metodologia de utilização energética do biogás como fonte de calor para desidratar o lodo de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de pequeno porte, de forma técnica, ambiental e economicamente viável. O estudo foi desenvolvido na ETE Piaçu, distrito de Muniz Freire. Os resultados demostraram que a metodologia adotada promoveu significativa redução de umidade e volume do lodo, e, como consequência, estima-se uma redução anual de cerca de 80% dos custos com disposição adequada do lodo dessa ETE.

#### Projeto Mangaraí

O Projeto Mangaraí é uma iniciativa-piloto, com duração prevista para cinco anos e investimento de R\$ 14 milhões para recuperação ambiental da sub-bacia do Rio Mangaraí, que integra a Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória. Tem o objetivo de reduzir os sedimentos nos cursos d'água e ampliar a quantidade e qualidade da água. Faz parte da carteira de projetos do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, que o Governo do Estado do Espírito Santo executa com financiamento do Banco Mundial (Bird).

No âmbito do Projeto Mangaraí já estão em fase de finalização outros 25 projetos de ampliação da cobertura florestal na região. A meta é reflorestar 50 hectares no ano de 2016, o que representa 10% da meta total de aumento da cobertura vegetal planejada para a sub-bacia do Rio Mangaraí. Os projetos de reflorestamento têm a finalidade de conservar os solos, os recursos hídricos e gerar renda para os agricultores participantes.

A beneficiária direta será a população da sub-bacia do Rio Mangaraí, estimada em 3.738 habitantes. Já o público beneficiado indiretamente totaliza aproximadamente 600 mil habitantes da Região Metropolitana da Grande Vitória, que são abastecidos com água captada no Rio Santa Maria da Vitória.

## Projetos de Recuperação Ambiental

Durante o ano de 2015, como parte do cumprimento de condicionantes ambientais, a Cesan realizou a recuperação e manutenção de aproximadamente 35 mil m² distribuídos em áreas de restinga e Mata Atlântica.

Município	Local da Recuperação Ambiental	Área (m²)	Tipo de Vegetação
Serra	Orlas das Praias do Solemar e Barrote	15.000	Restinga
Vila Velha	Captação da Cesan no Rio Jucu	2.000	Mata Atlântica
Vila Velha	Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira	10.000	Mata Atlântica
Vila Velha	Orla da Praia de Coqueiral de Itaparica	8.000	Restinga

Encontra-se em processo final de criação uma unidade de conservação em Afonso Cláudio, na categoria de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), junto à Estação de Tratamento de Esgoto da Cesan no município.

Denominada "RPPN Boa Fé" possui área preservada de 141.900 m² que contribuem para a manutenção da diversidade florestal do Espírito Santo, colaborando com a conservação da água e do solo.

#### Geração e Destinação de Lodo

A Cesan construiu a Unidade Gerenciadora de Lodo (UGL) que permitirá o processamento de 2.400 toneladas por ano desse resíduo para transformá-lo em adubo para uso na agricultura.

O investimento foi embasado em três anos de pesquisa, realizada pela Companhia em convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), que comprovou a viabilidade econômica e técnica do uso do lodo de esgoto como adubo orgânico na agricultura. O estudo foi realizado em culturas de cana-de-açúcar, café, eucalipto, goiaba e abacaxi.

Para melhorar a destinação do lodo gerado nas Estações de Tratamento de Água (ETA) da Cesan, foi construída uma unidade-modelo de processamento de lodo na ETA Caçaroca, no município de Vila Velha. Por ano são recolhidas 45,21 toneladas de lodo nessa unidade e destinadas para aterro sanitário.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### **Dados de Atendimento**

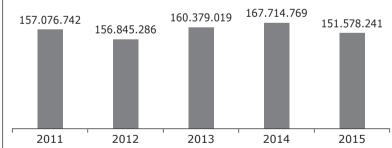
## Sistema de Abastecimento de Água

Em 2015, a Cesan abasteceu 2,19 milhões de pessoas com água tratada, o que representou um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior. O incremento resulta do crescimento do número de ligações, principalmente através das obras de crescimento vegetativo.

### População Atendida com Abastecimento de Água

Item	Unidades	2015	2014
População Atendida	mil habitantes	2.194	2.137
Economias	mil unidades	891	865
Extensão de Rede	km	8.337	8.108

## Volume Consumido (m³)



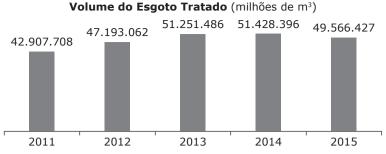
Pelo quadro acima percebe-se a redução de 16 milhões de m³ no volume de água tratada no ano de 2015 em relação a 2014, fruto do empenho de toda a sociedade capixaba para redução do consumo diante da grave crise hídrica.

## Sistema de Esgotamento Sanitário

No exercício de 2015 houve um incremento de 42,7 mil economias nos serviços de esgotamento sanitário beneficiando 1.014,32 mil habitantes, principalmente com a conclusão das obras dos Sistemas de Serra Sede, Jardim Limoeiro, Manguinhos, Ecoporanga, Montanha Sede, Muniz Freire, Vila Valério, Guarapari e São Pedro, além de obras de crescimento vegetativo.

## População Atendida com Esgotamento Sanitário

Item	Unidades	2015	2014
População Atendida	mil habitantes	1.014	909
Economias	mil unidades	416	373
Extensão de Rede	km	2.798	2.434



Com essas e outras obras que entraram em operação ao longo dos últimos anos a Cesan tratou 49,56 milhões de litros de esgoto no ano de 2015 que deixaram de ser lançados na natureza sem tratamento, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade da água e da vida dos capixabas.

### Controle de Qualidade da Água (M-GPC)

A Cesan tem como definição de negócio a qualidade em saneamento e para isso atua de forma responsável quanto às normas de qualidade da água oferecida à população, como a Portaria 2914/2011 de 12/11/2011 expedida pelo Ministério da Saúde. Para isso conta com uma estrutura de coleta na Grande Vitória (10 Captações, 11 ETAs, 562 Pontos de Rede) e no Interior (93 Captações, 80 ETAs, 1.308 Pontos de Rede), 91 laboratórios localizados nas Estações de Tratamento de Água (ETA) para execução de análises operacionais (Cloro, Cor, Turbidez e pH) e um Laboratório Central localizado em Cobi, no município de Vila Velha, que faz em média 19.770 análises mensais (físico-químicas, bacteriológicas e hidrobiológicas). Em 2015 o Laboratório Central recebeu Acreditação do Inmetro na Norma ISO 17025:2005.

#### Controle de Qualidade do Esgoto

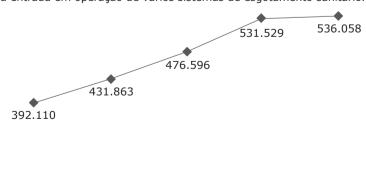
Da mesma forma que acontece com o tratamento da água, a Cesan mantém um rígido controle dos efluentes das estações de tratamento de esgoto da Companhia em atendimento aos requisitos legais para lançamento em corpos receptores e às condicionantes ambientais contidas no licenciamento de cada unidade operacional, seja para o efluente, seja para o corpo receptor. O monitoramento dos parâmetros físico-químicos e biológicos é feito no Laboratório Central em Araçás, no município de Vila Velha, e realizou 1.217 análises mensais, além de receber acreditação do Inmetro em 2015 quanto à Norma ISO 17025:2005.

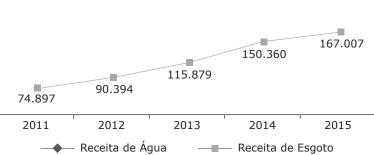
Além dos controles realizados nos efluentes lançados nos corpos hídricos, realiza-se monitoramento da qualidade dos efluentes destinados, como água de reúso, que começou a ser comercializado para terceiros a partir de outubro de 2015.

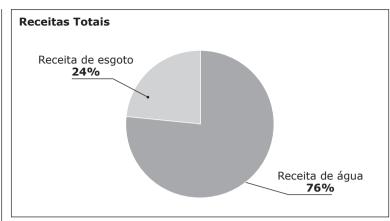
## 5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

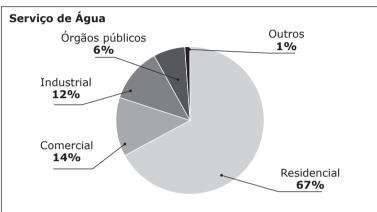
## Receitas

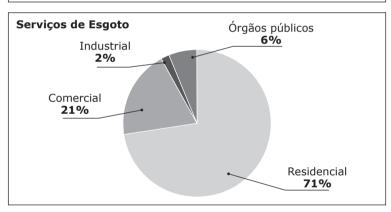
A receita operacional bruta atingiu R\$ 703.065 milhões, 3,11% mais do que os RS 681.889 milhões de 2014. A receita dos Serviços de Abastecimento de Água aumentou 0,85% em relação ao exercício de 2014, enquanto as receitas do Serviço de Esgotamento Sanitário aumentaram 11,07% em virtude do incremento de novas economias surgidas a partir da entrada em operação de vários sistemas de esgotamento sanitário.











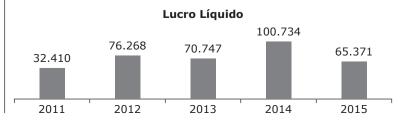
Todavia, o desempenho da receita em 2015 em comparação ao exercício de 2014 foi afetado negativamente, pois mesmo com o reajuste tarifário de 10,59% aplicado a partir do mês de agosto de 2015 o crescimento não ocorreu na mesma proporção.

#### **Custos e Despesas**

Os custos e despesas atingiram o valor de R\$ 617.234 milhões, 7,63% maior que os R\$ 573.478 de 2014, um aumento menor que a inflação prevista para o período 10,71%. A redução é atribuída principalmente à adoção de fortes medidas de contenção de custos e despesas tomadas no início do exercício.

#### Resultado

O lucro líquido da Cesan em 2015 foi de R\$ 65.371 milhões representando uma queda de 35% em relação ao exercício de 2014. Foi causada principalmente pela redução das receitas e aumento no custo com energia elétrica, devido à elevação da tarifa e entrada em operação de novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



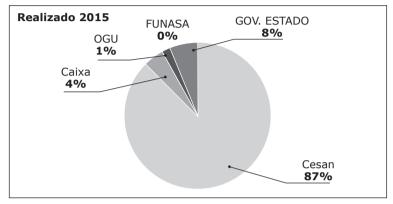
#### Remuneração dos acionistas

Conforme determina o Estatuto Social foi apurado o montante de R\$ 35,4 milhões de Dividendos a serem distribuídos para os acionistas da Cesan depois de aprovado na Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no mês de abril de 2016.

#### **Investimentos**

A Cesan investiu em 2015 um total de R\$ 173,4 milhões, sendo R\$ 78,3 milhões em abastecimento de água, R\$ 77,8 milhões em sistema de esgotamento sanitário e R\$ 17,3 milhões em programas de desenvolvimento operacional e institucional.

#### Fonte dos Recursos para Investimentos



Investimentos	Previsto	Realizado
Sistemas de Abastecimento de Água	46.141	78.303
Sistema de Abastecimento de Esgoto	75.875	77.774
Outros	23.142	17.356
	145.158	173.434

## Sistemas de Abastecimento de Água

Os investimentos na melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água da Cesan beneficiaram 2,3 milhões de habitantes. Entre os empreendimentos destacam-se as obras de crescimento vegetativo que garantem que os sistemas acompanhem o crescimento dos municípios atendidos, a implantação do Sistema Reis Magos, no município de Serra, e a ampliação dos sistemas nas cidades de Boa Esperança, Santa Leopoldina, Guarapari e Santa Maria de Jetibá.

## Sistemas de Esgotamento Sanitário

As obras para implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário beneficiaram 1,3 milhão de habitantes. Entre os empreendimentos destacam-se a Parceria Público-Privada na Serra, implantação dos sistemas em Carapebus, na Serra, em Nova Venécia, Pancas, Marechal Floriano, Pinheiros, Águia Branca e Centro de Guarapari; ampliação dos sistemas em Manguinhos, na Serra, em Vila Velha, Vitória, Meaípe e Guarapari.

## Parceria Pública-Privada (PPP)

A Cesan, em conjunto com o Governo do Estado, vem desenvolvendo estudos para ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário na Região Metropolitana da Grande Vitória para atingir a universalização da cobertura com os serviços até o ano de 2023.

Em 2015 entrou em operação a PPP no município de Serra, na modalidade de concessão administrativa, em que a sociedade de propósito específico Consórcio de Saneamento Serra Ambiental foi ganhadora do processo licitatório, tornando-se responsável pela obtenção de recursos para ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento em todo o município. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos com investimento estimado em R\$ 628.157 milhões. Ao final da concessão os bens serão revertidos para a Cesan. Em 2015, a Cesan desembolsou R\$ 26.896 milhões para a PPP de Serra.

O objetivo da PPP é fazer com que o município de Serra tenha sua cobertura elevada para 95% nos próximos nove anos. Atualmente a cobertura de esgoto no município é de 70%, com 21 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e 123 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto

(EEEB) em operação. No ano de 2015, os sistemas Serra Sede, Jardim Limoeiro e Carapina Grande iniciaram sua operação, ampliando o acesso à rede de esgoto para mais 19 mil imóveis.

As obras de expansão de redes de esgoto tiveram início nos bairros Planalto Serrano, Boa Vista II, Serramar, Nova Carapina e Colinas de Laranjeiras, totalizando 40 quilômetros de rede construídos no ano de 2015. Também foram executadas melhorias nas ETEs e EEEBs. Além disso, desde o início da concessão, mais 12.339 imóveis foram interligados na rede de coleta e tratamento de esgoto.

Em 2015 também foram iniciados os estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de novas PPPs para os serviços de esgotamento sanitário nos municípios de Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Fundão e Viana. A previsão é que em Vila Velha a PPP seja firmada em 2016.

## Inovação Tecnológica

A cultura da inovação na Cesan é um dos pilares na busca da excelência na gestão. Com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos e valorizar a força de trabalho, desde 2007 a Cesan promove eventos onde os empregados são incentivados a desenvolver trabalhos de inovação que, além de serem reconhecidos com premiações, são disseminados para toda a Empresa. Dentre os eventos destacam-se o Encontro de Inovação e o Encontro Técnico das Diretorias.

Com o mesmo propósito, os empregados são incentivados a inscrever seus trabalhos nos prêmios ligados à gestão e ao setor de saneamento, como o Prêmio de Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves) e a categoria IGS do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS).

#### **Recursos Humanos**

A Cesan tem em seu quadro de pessoal 1.501 empregados, sendo 1.059 lotados na Grande Vitória e 442 no interior do Estado (em 31.12.2015). O Plano de Carreiras e Remuneração da Cesan, implantado em 2006, foi reformulado em 2014 e nele estão contidas diretrizes e políticas de gestão de pessoas, como estrutura de carreiras, promoções, avaliação de desempenho, movimentação interna, descritivo de funções e tabela salarial.

A empresa realiza ações de capacitação e desenvolvimento de seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando à formação, atualização e aperfeiçoamento profissional. Essas ações envolvem a integração de novos profissionais à empresa, o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, o incentivo à educação formal continuada e a capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais.

Todas essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

São mantidos ainda diversos programas de bem-estar dos empregados, que resultam em retenção de talentos, aumento de produtividade e qualidade dos serviços, dentre os quais se destacam a capacitação profissional, o programa de apoio e orientação ao dependente químico, o atendimento psicológico ao empregado e seus familiares, o plano de assistência médica e odontológica, a preparação para aposentadoria, a readaptação funcional, entre outros.

A política de valorização dos empregados é reforçada pelos planos de complementação de aposentadoria administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan (Faeces), criada em dezembro de 1994 e que atualmente conta com 1.954 associados, sendo 858 ex-empregados ou pensionistas que recebem benefícios previdenciários.

A construção do modelo voltado para processos e resultados com qualidade introduziu mudanças que atendam à demanda e à evolução organizacional, no sentido de oferecer mais eficiência e competitividade empresarial.

A Cesan ofereceu em 2015 o Programa de Desligamento Voluntário (PIADV) para os empregados que se encontram aposentados ou em condições de se aposentar pelo INSS e 114 empregados manifestaram intenção de desligar-se da empresa, sendo que 19 foram desligados em 2015.

#### 6. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A implantação de políticas de qualidade que conduzem à excelência dos processos e serviços é uma realidade na Cesan. Presente na sua visão de futuro, "Ser excelência no setor de saneamento no Brasil", a Empresa mantém seu programa de Gestão pela Qualidade dentro do Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), formatados para o setor de saneamento pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes).

O desenvolvimento do MEG integra os objetivos estratégicos de "Promover a cultura de excelência empresarial", "Promover a melhoria contínua dos processos" e "Aprimorar a gestão corporativa".

Desde 1999 a Cesan vem implantando o MEG em diversas unidades operacionais e, a partir de 2011, expandiu o modelo corporativamente. Os resultados da implantação do MEG se refletem na conquista de prêmios estaduais (Prêmio Qualidade Espírito Santo - POES) e nacionais (Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS). Corporativamente, no PNQS, a Cesan conquistou, em 2011, o Troféu Bronze no Nível I (250 pontos), e, em 2014, o Troféu Prata no Nível II (até 500 pontos).

Encerrado o ciclo de 2014, a Cesan vem se preparando para candidatura em 2016 ao Nível II no PQES e PNQS, objetivando a evolução na gestão, a melhoria contínua na prestação de serviços e atendimento aos seus clientes.

#### 7. PERSPECTIVAS

A Cesan segue firme no propósito da universalização dos serviços, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgotos na região em que já atua e na busca por novas concessões e negócios. A atuação da Companhia orienta-se pela responsabilidade em manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços de qualidade, que garantam a satisfação dos clientes com níveis adequados de serviço e tarifas justas.

O compromisso é continuar investindo em modernização, novas tecnologias em gestão e processos, promover ações para reduzir perdas operacionais, investir em programas de formação e capacitação de seus profissionais, tendo sempre o cliente como foco principal.

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

João Carlos Coser Robson Leite do Nascimento André de Albuquerque Garcia Pablo Ferraço Andreão José Alves Paiva Nildo Antônio Leite de Mendonça

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Pablo Ferraço Andreão Presidência

Sandra Silv

Diretoria de Operação Metropolitana

**Carlos Fernando Martinelli** Diretoria de Operação do Interior

**Anselmo Tozi** Diretoria de Meio Ambiente

José Eduardo Pereira

Diretoria de Relações com o Cliente

## **BALANCOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de Reais)

4 5 6 - 7 8	10.607 39.221 126.067 5.145 1.384 14.872	7.745 3.482 127.440 3.655 17.449 21.318
5 6 - 7	39.221 126.067 5.145 1.384 14.872	3.482 127.440 3.655 17.449
5 6 - 7	39.221 126.067 5.145 1.384 14.872	3.482 127.440 3.655 17.449
6 - 7	126.067 5.145 1.384 14.872	127.440 3.655 17.449
- 7	5.145 1.384 14.872	3.655 17.449
- 7	5.145 1.384 14.872	3.655 17.449
7	1.384 14.872	17.449
-	14.872	
8		21.318
	107 206	
	137.230	181.089
6	3.971	3.971
10	2.699	2.699
18	28.291	36.729
		92.558
		95
		35.802
12	2.134.152	2.085.775
	2.344.379	2.257.629
	10	10 2.699 18 28.291 13 139.691 - 95 11 35.480 12 2.134.152

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	14	41.620	46.753
Empréstimos e financiamentos	15	10.969	11.307
Juros sobre capital próprio	24	35.473	57.473
Participação de empregados	24	11.177	11.062
Contribuições para FAECES	19	6.499	4.886
Impostos e contribuições a recolher	16	8.804	10.472
Salários e encargos a pagar	17	32.059	27.010
Provisão	18	2.138	3.011
Outras contas a pagar	-	6.823	154
Total do passivo circulante		155.562	172.128
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	151.956	152.021
Impostos diferidos	9	37.050	36.676
Provisão	18	42.404	43.671
Contribuições para FAECES	19	22.807	21.763
Créditos de acionistas	20	43.561	3.086
Plano de aposentadoria	19	1.922	57.406
Subvenções para investimento	21	24.166	32.431
Total do passivo não circulante		323.866	347.054
Patrimônio líquido	24		
Capital social	_	1.866.977	1.767.211
Ajuste de avaliação patrimonial .	_	106.335	55.073
Reserva de lucros	_	88.935	97.252
Total do patrimônio líquido		2.062.247	1.919.536
Total do passivo e patrimônio líquido		2.541.675	2.438.718

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	25	637.785	618.927
Custos dos serviços de abastecimento de água		(194.455) (90.024)	(150.768) (83.551)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto		(68.967)	(64.364)
Custo dos serviços prestados	26	(353.446)	(298.683)
Lucro bruto		284.339	320.244
Despesas comerciais	28	(85.814)	(68.920)
Despesas administrativas		(102.673)	(124.521)
Participação dos empregados		(11.177) 6.715	(10.892) 2.615
Resultados dos serviços de construção	13	(4.228)	7.587
		(197.177)	(194.131)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		87.162	126.113
Resultado financeiro	27	(7.556)	(3.928)
Resultado antes dos impostos		79.606	122.185
Imposto de renda		(10.333)	(15.604)
Contribuição social	30	(3.902)	(5.847)
		(14.235)	(21.451)
Lucro líquido do exercício		65.371	100.734
Lucro por ação		0,04	0,06

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	65.371	100.734
Reserva de reavaliação	4.222	4.216
Plano de aposentadoria		11.926
Resultado abrangente total	124.666	116.876

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

		•	,				
	Nota	Capital social	Reserva d	le lucros Legal	Ajustes de avaliação patrimonial Reavaliação	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2014		1.593.089	57.422	20.927	47.370	_	1.718.808
Aumento de capital social	24.3 24.3	145.569 28.553	– (28.553)	-	_ _		145.569 -
Lucro líquido do exercício		- -	-	-	- (4.222)	100.734 4.222	100.734 -
Outros		-	-	-	11.925	_	11.925
<b>Destinação do lucro</b> Constituição da reserva legal		_	-	5.036	-	(5.036)	_
Constituição da reserva de investimento Juros sobre capital próprio	24.5 24.4		42.420			(42.420) (57.500)	(57.500)
Saldos em 31 de dezembro 2014		1.767.211	71.289	25.963	55.073		1.919.536
Aumento de capital social	24.3 24.3	57.346 42.420	- (42.420)	-	- -	-	57.346 -
Lucro líquido do exercício		_	_	-	-	65.371	65.371
Realização da reserva de reavaliação Realização do ajuste de avaliação patrimonial		_ _	- -	-	(4.222) 55.484	4.222 -	55.484
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal		-	_	3.269	-	(3.269)	_
Constituição da reserva de investimento  Juros sobre capital próprio	24.5 24.4		30.834			(30.834)	(35.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.866.977	59.703	29.232	106.335		2.062.247

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	65.371	100.734
Ajustes do resultado do exercício		
Depreciação e amortização	59.235	54.579
Impairment contas a receber de clientes	_	621
Resultado na alienação de imobilizado	4.501	_
Provisões	10.914	6.031
Participação dos empregados	11.177	10.892
Resultado de construção	(6.715)	(2.615)
Outras receitas não monetárias	(7.837)	(11.638)
	136.646	158.604
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	1.373	(26.470)
Estoque de material	(1.490)	342
Despesas antecipadas	6.446	(481)
Impostos a recuperar	16.065	(1.997)
Depósitos judiciais	8.438	_
Outros		(9.443)
	30.832	(38.049)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(5.133)	7.761
Salários, férias e encargos sociais	5.049	1.664
Impostos e contribuições	(1.294)	(382)
Contribuições para FAECES	2.657	(5.674)
Outros	(6.385)	(2.630)
	(5.106)	739
Caixa líquido proveniente das		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	162.372	121.294
	162.372	121.294
atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de	(97.239)	
atividades operacionais  Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(153.448)
atividades operacionais	(97.239) (47.133)	(153.448) (4.196)
atividades operacionais	(97.239)	(153.448)
atividades operacionais	(97.239) (47.133)	(153.448) (4.196)
atividades operacionais	(97.239) (47.133)	(153.448) (4.196)
atividades operacionais	(97.239) (47.133) (144.372)	(153.448) (4.196) <b>(157.644)</b>
atividades operacionais	(97.239) (47.133) (144.372)	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489)
atividades operacionais  Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível  Contratos de concessões indenizáveis  Caixa líquido usado nas atividades de investimentos  Fluxo de caixa atividades de financiamentos  Obtenção empréstimo bancário  Amortização empréstimo bancário	(97.239) (47.133) (144.372) (403)	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184)
atividades operacionais  Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível  Contratos de concessões indenizáveis  Caixa líquido usado nas atividades de investimentos  Fluxo de caixa atividades de financiamentos  Obtenção empréstimo bancário  Amortização empréstimo bancário  Juros sobre capital próprio	(97.239) (47.133) (144.372) (403) - (144)	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível  Contratos de concessões indenizáveis  Caixa líquido usado nas atividades de investimentos  Fluxo de caixa atividades de financiamentos  Obtenção empréstimo bancário  Amortização empréstimo bancário  Juros sobre capital próprio  Participação de empregados	(97.239) (47.133) (144.372) (403) - (144) (11.062) 40.475	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184) (9.905)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) - (144) (11.062) 40.475 (8.265)	(153.448) (4.196) (157.644) (19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965
Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) - (144) (11.062) 40.475 (8.265) (35.739)	(153.448) (4.196) (157.644) (19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965
Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) - (144) (11.062) 40.475 (8.265) (35.739) (15.138)	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965
Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) (144) (11.062) 40.475 (8.265) (35.739) (15.138)	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965 - (41.398)
Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) (144) (11.062) 40.475 (8.265) (35.739) (15.138) 2.862	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965
Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) (144) (11.062) 40.475 (8.265) (35.739) (15.138) 2.862	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965 - (41.398)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos  Aquisição de ativo intangível	(97.239) (47.133) (144.372) (403) (144) (11.062) 40.475 (8.265) (35.739) (15.138) 2.862	(153.448) (4.196) (157.644) 19.214 (54.489) (184) (9.905) - 3.965 - (41.398) (77.748) 85.493 7.745

As notas explicativas da Administração

são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	,	
	31/12/2015	31/12/2014
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto	637.785	618.927
PIS/COFINS	65.280	62.962
Receita bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto	703.065	681.889
Outras receitas	17.114	15.739
Provisões diversas	(10.914)	(2.932)
Resultados não operacionais	(3.468)	(2.822)
	705.797	691.874
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos	(14.434)	(17.349)
Serviços consumidos e outros custos	(152.971)	(157.936)
Energia e outras despesas operacionais	(90.527)	(58.052)
	(257.932)	(233.337)
Retenções		
Depreciação e amortização	(59.235)	(54.579)
	(59.235)	(54.579)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	388.630	403.958
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	14.570	14.169
Aluguéis	152	219
	14.722	14.388
Valor adicionado total a distribuir	403.352	418.346
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos	118.670	111.582
Participação dos empregados nos lucros	11.177	10.893
Planos de aposentadoria e pensão	12.096	14.388
Assistência médica e odontológica	9.398	7.366
	<u>151.341</u>	144.229
Governo	121.483	118.614
Financiadores	65.157	54.769
Acionistas	35.490	57.500
Lucros retidos	29.881	43.234
	403.352	418.346

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória-ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nº 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas, empregados e fornecedores.

A Companhia atua na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Espírito

Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 890.893 economias em abastecimento de água (865.306 em 31.12.2014) e 415.794 economias em esgotamento sanitário (373.080 em 31.12.2014). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Concessões de	a água	Concessões de	esgoto	Término
	Nº de Econo	mias	Nº de Econon	nias	Concessão
Localidade	2015	2014	2015	2014	
Vila Velha	179.159	172.829	73.328	66.965	07/03/2055
Serra	162.454	157.433	83.448	77.742	07/03/2043
Vitória	144.388	143.088	102.919	97.408	07/03/2055
Cariacica	118.915	116.849	41.397	38.251	07/03/2055
Guarapari	62.977	61.931	32.565	31.685	07/03/2055
Viana	18.971	18.369	8.172	7.723	07/03/2055
Piúma	13.284	13.034	7.371	7.404	10/10/2022
Nova Venécia	12.724	12.406	_	_	20/07/2039
Castelo	10.810	10.697	9.074	8.958	18/07/2022
Barra de São Francisco	10.573	10.512	2.770	2.761	03/07/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador, que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios onde detém a concessão.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2016.

### b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

## c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste

material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- Nota nº 06 Créditos e contas a receber de usuários;
- Nota nº 11 Imobilizado;
- Nota nº 12 Intangível;
- Nota nº 13 Contrato de concessões indenizáveis;
- Nota nº 18 Provisões.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis nestas demonstrações contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, excetos quando indicado de outra forma.

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

## b. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando

a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

## Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Ativos financeiros**

#### Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores imobiliários, contas a receber de clientes, contratos de concessão indenizáveis, e adiantamentos e convênios.

#### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

## **Passivos financeiros**

#### Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e créditos de acionistas.

#### Passivos financeiro não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## c. Contas a receber

#### i. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido

de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$ 5 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

### Provisão complementar

A Administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

#### ii. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

#### d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados à execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

## f. Ativos intangíveis

#### Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007 - Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os

encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

#### Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

#### g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2015 -	2014
Classes de ativos	Anos	%
Edificações e estruturas	25	4
Móveis e utensílios	10	10
Veículos e equipamentos de transporte	5	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Equipamentos - laboratório	10	10
Computadores e periféricos	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

## h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

#### Ativos financeiros não derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refle-

tidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

## i. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 12 meses.

#### j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

## k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

## . Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

#### Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

#### **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

## Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS	1,65
COFINS	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

## m. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

#### Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços

passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para esses planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

#### Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados na rubrica 'participação de empregados', no passivo circulante, e 'participação dos empregados', no resultado.

## n. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

## o. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### p. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

#### Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

### Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem

de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

### q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### r. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do art. 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

#### s. Contratos de concessão

A Companhia está desenvolvendo várias ações para renovação dos Contratos de Concessões e elaboração dos Planos Municipais de Saneamento em parceria com os municípios que detêm a concessão. Dos 52 municípios, sob concessão da CESAN, 44 possuem Contrato com prazo de vencimento entre 2017 e 2055, 1 possui Contrato de Concessão a vencer em 2016 e 7 estão com Contratos vencidos, estes, por sua vez, em fase de elaboração de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para continuidade do processo de renovação. De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pela Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, 6 municípios já possuem Contratos renovados e 6 já estão com a lei aprovada e publicada e em processo de renovação. O prazo médio de validade dos mesmos é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2015, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo – ARSI-ES e é revisto anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

## t. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

## u. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

v. IFRS – Novas normas e revisão de normas que estão sendo avaliadas pela Companhia, mas que não têm obrigatoriedade de adoção antecipada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar essas normas de forma antecipada, e, quando aplicável, a administração realizará as alterações conforme premissas dos normativos de modo a ficar em compliance com as IFRSs.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- Agricultura: Plantas Produtivas (alterações ao CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41): Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, devem ser contabilizadas como imobilizado e incluídas no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia não possui operações com essas características.
- IFRS 16 Leases (Arrendamento mercantil): Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- IAS 12 Income taxes (alterações ao CPC 32 Tributos sobre o lucro): O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu, em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 Income taxes (CPC 32 Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11).
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38).

- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28) Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas.
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

A Companhia divulga as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRSs acima citadas, portanto entendemos que a adoção antecipada dessas IFRSs não é permitida.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	67	68
Bancos - conta movimento	4.710	6.588
Aplicações financeiras curto prazo	5.830	1.089
Total	10.607	7.745
Aplicações financeiras	31.12.2015	31.12.2014
Caixa Econômica Federal	5.830	_
Banestes	-	1.089
Total	5.830	1.089

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 99% do Fundo DI.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

#### 5. DEPÓSITOS VINCULADOS

A Companhia mantém depositado nos Bancos Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro abaixo:

Aplicações financeiras	31.12.2015	31.12.2014
SES Nova Venécia	2.449	2.483
SES Pancas	_	808
SAA Santa Leopoldina	286	191
SAA Reis Magos	27.061	_
SAA Jacaraípe	1.070	_
SAA Civit	562	-
SAA Guarapari	1.820	-
Convênio FINEP	274	_
Processo EBP	4.819	_
Bloqueios judiciais	880	
Total	39.221	3.482

## 6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

			31.12.2015		;	31.12.2014
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários	115.051	3.971	119.022	115.639	3.971	119.610
Valores a receber de parte relacionada	1.172	_	1.172	1.865	_	1.865
Consumo não faturado	30.490		30.490	29.174	<u> </u>	29.174
Total Contas a Receber	146.713	3.971	150.684	146.678	3.971	150.649
Arrecadação a discriminar	(755)	-	(755)	(1.114)	-	(1.114)
"(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa"	(19.891)	<u> </u>	(19.891)	(18.124)	<u> </u>	(18.124)
	(20.646)		(20.646)	(19.238)		(19.238)
	126.067	3.971	130.038	127.440	3.971	131.411

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água/esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2015	31.12.2014
Valores a Faturar	30.490	29.174
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante)	36.671	52.458
Vencidos até 30 dias	20.890	17.427
Vencidos de 31 a 60 dias	11.261	10.216
Vencidos de 61 a 90 dias	6.961	6.921
Vencidos de 91 a 120 dias	5.819	5.500
Vencidos de 121 a 150 dias	4.939	4.860
Vencidos de 151 a 180 dias	4.318	4.509
Vencidos acima de 180 dias	13.203	7.860
	134.552	138.925
Parcelamentos a vencer	16.132	11.724
Total	150.684	150.649

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 50.050 (R\$ 41.233 em 31 de dezembro de 2014) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado.

	31.12.2015	31.12.2014
Em 1º de janeiro 2015	18.124	17.504
Provisão para perdas de contas a receber	51.817	41.853
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(50.050)	(41.233)
Em 31 de dezembro 2015	19.891	18.124

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

## **6.1 Contas a receber de partes relacionadas**

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31.12.2015	31.12.2014
Arquivo Público Estadual		1
Assembleia Legislativa	_	21
Banestes	3	5
Bandes	1	1
Cia. de Transportes Urbanos da Grande Vitória	66	74
Corpo de Bombeiros Militar	3	7
Departamento Estadual de Estradas e Rodagem	4	5
Defensoria Pública do Espírito Santo	1	3
Departamento de Imprensa Oficial	1	3
Departamento Estadual de Trânsito do ES	14	19
Estado do Espírito Santo	8	13
Faculdade de Música do Estado do Espírito	Ö	13
Santo	2	1
Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do ES	46	97
Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência		
Técn. e Extensão Rural	6	-
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal		6
do ES	6	6
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	3	6
Instituto Jones dos Santos Neves	1	1
Instituto de Tecnologia da Informação e	_	1
Comunicação	1	2
Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo	1	_
Instituto de Previdência dos Servidores		
Estaduais	2	3
Ministério Público do ES	10	11
Polícia Civil - Delegacias e Distritos	16	28
Polícia Militar	32	52
Procuradoria Geral do Estado	2	3
Secretaria de Estado da Saúde	152	260
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	1	2
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	3	16
Secretaria de Estado de Segurança Pública	5	9
Secretaria de Estado da Fazenda	-	10
Secretaria de Estado da Cultura	4	5
Secretaria de Estado da Justiça	702	671
Secretaria de Estado da Agricultura	18	26
Secretaria de Estado da Educação	-	422
Secretaria de Estado de Turismo	-	1
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos	_	6
Rádio e Televisão Espírito Santo	1	1
Tribunal de Contas do ES	5	7
Tribunal de Justiça	48	65
Outros	4	2
Total	1.172	1.865

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

#### Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de renda antecipado (a)	445	11.342
Contribuição Social antecipada (a)	338	2.945
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	300	2.408
PIS Lei nº 9.430/96	146	654
Outros tributos a recuperar	137	97
Contribuições previdenciárias	18	3
Total	1.384	17.449

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa  $n^{\rm o}$  30.

## 8. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamento a fornecedores	491	140
Adiantamento a empregados	5.663	4.939
Créditos de órgãos públicos	414	189
Convênio Prefeitura de Vitória (a)	7.404	7.404
Convênio Prefeitura de Águia Branca (b)	750	750
Convenio ICMS (c)	_	7748
Outros convênios	150	148
	14.872	21.318

- (a) Prefeitura de Vitória A Companhia firmou o Convênio nº 244/2011 com o município de Vitória para execução de obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Grande Vitória e adjacências no valor de R\$ 7.404, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN;
- (b) Prefeitura de Águia Branca A Companhia firmou o Convênio nº 147/2011 com o município de Águia Branca para obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede do município no valor de R\$ 750, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia;
- (c) Governo do Estado-Convênio ICMS Valor referente a créditos da Companhia oriundos da isenção de ICMS nas contas de energia elétrica até 31.12.2014, conforme Decreto Estadual nº 2826-R de 11 de agosto de 2011 que serão apropriados à medida que ocorrem os gastos com os programas que estão sendo desenvolvidos na Companhia com o referido recurso. Os valores foram baixados no mês 07/2015.

#### 9. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

#### Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contas de clientes - PDD Gerencial	12.898	12.898	-	-	12.898	12.898
Contingências trabalhistas e cíveis	29.168	31.394	_	_	29.168	31.394
Atualiz. processos INSS	16.831	16.350	_	_	16.831	16.350
Reserva de reavaliação	_	_	(164.041)	(170.423)	(164.041)	(170.423)
Ajustes de RTT	(4.071)	1.665	-	-	(4.071)	1.665
Estudo atuarial Faeces	332	332				332
Base - diferença temporária	55.158	62.639	(164.041)	(170.423)	(109.215)	(107.784)
Base - diferença temporária	18.754	21.297	(55.804)	(57.973)	(37.050)	(36.676)
Impostos ativos (passivos)	18.754	21.297	(55.804)	(57.973)	(37.050)	(36.676)

### Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	Saldo em 31.12.2014	Reconhe- cimento apuração do tributo	Saldo em 31.12.2015
Reserva de reavaliação	(57.973)	2.169	(55.804)
Diferenças temporárias	21.297	(2.543)	18.754
	(36.676)	(374)	(37.050)

## 10. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS - LONGO PRAZO

A Companhia firmou o Convênio nº 039/2011 com o município de Vila Velha para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências no valor R\$ 3.984, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN. Até 31 de dezembro de 2015 foi repassado ao município o valor de R\$ 2.699:

	31.12.2015	31.12.2014
Convênio 39/2011 - Prefeitura Municipal		
de Vila Velha	2.699	2.699
Total	2.699	2.699

### 11. IMOBILIZADO

#### 11.1. Composição dos saldos

31.12.2015 31.12.2014 Taxas anuais de depreciação Depreciação Total Total Custo acumulada Líquido Líquido 3.844 3.844 3.843 Terrenos..... 4 22.594 (8.632)13.962 12.965 Edificações e estruturas..... 10 8.305 (5.072)3.233 3.859 Móveis e utensílios..... Veículos equip. transportes ..... 20 18.857 5.294 6.762 (13.563)Máquinas e equipamentos..... 10 13.033 (8.648)4.385 4.246 10 Equipamentos - laboratório ...... 73 Computadores e periféricos..... 20 4.762 21.143 (16.381)4.054 87.777 (52.297)35.480 35.802

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$ 4.963 (R\$ 7.980 em 31 de dezembro de 2014) como despesa administrativa.

## 11.2. Movimentação

	Saldo em -		2014	Saldo em -			2015	Saldo em
	31.12.2013	Adições	Baixas	31.12.2014	Adições	Baixas	Transfer.	31.12.2015
Terrenos	3.843	-	-	3.843	-	-	-	3.843
Edificações e estruturas	19.883	853	_	20.736	1.898	-	(40)	22.594
Móveis e utensílios	6.858	1.409	(8)	8.259	45	(5)	9	8.308
Veículos equip. transportes	15.644	5.637	_	21.281	869	(3.318)	21	18.853
Máquinas e equipamentos	8.639	1.518	(8)	10.149	514	(1)	2.373	13.035
Equipamentos - laboratório	623	41	_	664	_	-	(664)	_
Computadores e periféricos	18.039	167	(4)	18.202	2.929	(6)	17	21.142
Subtotal	73.529	9.625	(20)	83.134	6.255	(3.330)	1.716	87.775
Depreciação acumulada	(39.352)	(7.995)	15	(47.332)	(6.894)	3.327	(1.396)	(52.295)
Subtotal	34.177	1.630	(5)	35.802	(639)	(3)	320	35.480

#### 12. INTANGÍVEL

### 12.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento:

<u>-</u>				31.12.2015	31.12.2014
_	Custo		Ajuste Valor Recuperável	Valor líquido	Valor líquido
Ativos da concessão líquidos	2.560.627	(672.515)	(135.571)	1.752.541	1.445.573
Intangível em andamento	342.277	-	-	342.277	617.361
Software	71.819	(32.485)	(1)	39.334	22.841
Total	2.974.723	(705.000)	(135.572)	2.134.152	2.085.775

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2015, no total de R\$ 342.277, refere-se a obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 121.922; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 173.516; R\$ 26.179 em materiais para aplicação em obras e R\$ 25.223 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2015 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e as obras da Companhia no montante de R\$ 3.350 (R\$ 4.944 no exercício 2014).

A amortização do exercício apropriada ao resultado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 72.103 (R\$ 70.983 em 2014).

### Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;

- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções de despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análise e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação à receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.
- O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que são de operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

#### 12.2. Movimentação

	_		20	014			
Intangível	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transfer.	<u>Amortização</u>	Ajuste Valor Recuperável	Saldo em 31.12.2014
Ativos da concessão líquidos	1.391.470	10.758	(227)	110.636	(67.064)	_	1.445.573
Intangível em andamento	559.961	194.028	(7.604)	(129.024)	_	-	617.361
Software	7.199	1.173		18.388	(3.919)		22.841
	1.958.630	205.959	(7.831)		(70.983)		2.085.775
	_		20	015			
Intangível	Saldo em 31.12.2014	Adições			Amortização	Ajuste Valor Recuperável	Saldo em 31.12.2015
Intangível Ativos da concessão líquidos		<b>Adições</b> 3.984				Recuperável	31.12.2015
	31.12.2014		Baixas	Transfer.	(64.843)	Recuperável	31.12.2015
Ativos da concessão líquidos	<b>31.12.2014</b> 1.445.573	3.984	<b>Baixas</b> (1.943)	<b>Transfer.</b> 431.432	(64.843)	(41.319)	<b>31.12.2015</b> 1.772.884

## 13. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 139.691 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 92.558 em 31 de dezembro de 2014). Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre esses tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas de construção	47.400	18.464
Custos de construção	(40.685)	(15.848)
Total	6.715	2.616

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

### 14. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores de materiais	7.567	2.315
Fornecedores de serviços	34.053	44.438
Total	41.620	46.753

### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

_			31.12.2015			31.12.2014
_	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional:						
BANESTES-FINAME	261	1.610	1.871	174	695	869
BANESTES-LEASING	2.072	-	2.072	2.278	2.072	4.350
CEF	8.636	150.346	158.982	8.855	149.254	158.109
Total	10.969	151.956	162.925	11.307	152.021	163.328

	31.12.2014	Adições	<u>Amortização</u>	31.12.2015
CEF	158.109	9.807	8.934	158.982
BANESTES-FINAME	869	1.176	174	1.871
BANESTES-LEASING	4.350	_	2.278	2.072
Total	163.328	10.983	11.386	162.925

(a) Caixa Econômica Federal – formado por 39 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2037. As taxas de juros dos contratos variam de 5,00% a 9,50% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

#### Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à Caixa, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 a 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança deponível para o contrato, permanecendo a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

- (b) BANESTES Em 31 de dezembro de 2015, existe um contrato de leasing junto ao Banco do Estado do Espírito Santo para aquisição de veículos e computadores com as seguintes características:
  - Contrato nº 268/2013 com vencimento em novembro de 2016 com correção de 1,30% a.m.
- (c) BANESTES/FINAME Em dezembro de 2014 foram assinadas duas Cédulas de Crédito bancário com o Banco do Estado do Espírito Santo Banestes, providas com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira e originários de repasse do BNDES e da Agência Especial de Financiamento FINAME, por meio do Programa de Sustentação do Investimento PSI, sendo o Banestes o agente financeiro dessa operação. Essa operação destina-se à aquisição de 5 caminhões e 25.000 hidrômetros. As garantias das obrigações assumidas nas cédulas de crédito pela Cesan serão os próprios bens a serem adquiridos na forma de alienação fiduciária.

A composição de cada Cédula é a seguinte:

- Operação nº 2014/000130-1.
- Assinatura: 5 de dezembro de 2014.
- Finalidade: aquisição de 5 caminhões.
- **Programa:** BNDES/FINAME/PSI.
- Valor: R\$ 869.
- Taxa de Juros: 6,00% a.a.
- Carência: 6 meses.
- 30 parcelas mensais de amortização, vencendo a primeira em 15 de julho de 2015;
- **Prazo total:** 36 meses.

## Operação nº 2014/41693-2.

**Assinatura:** 30 de dezembro de 2014.

Finalidade: aquisição de 25.000 hidrômetros.

Programa: BNDES/FINAME/PSI.

**Valor:** R\$1.175

**Taxa de Juros:** 6,00% a.a.

Carência: 12 meses.

4 parcelas trimestrais de juros, vencendo a primeira em 15 de maio de 2015.

48 parcelas mensais de amortização, vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 2016.

Prazo total: 60 meses.

## 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e as contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2015	31.12.2014
ISS retido na fonte	1.990	1.543
Imposto de renda	664	129
Contribuição social	320	240
Contribuições retidas na fonte	783	270
PIS	335	2.580
COFINS	1.556	2.671
INSS retido na fonte	1.043	1.173
Outras retenções e contribuições	5	19
Imposto de renda retido na fonte	2.108	1.847
Total	8.804	10.472

#### 17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2015	31.12.2014
Salários a pagar	-	4
Pensionistas a pagar	_	11
INSS a pagar	8.898	7.625
FGTS a pagar	2.756	2.491
Sesi/Senai a pagar	180	133
Consignações a pagar	2.313	944
Férias a pagar	13.098	11.396
Licença-prêmio	4.814	4.406
Total	32.059	27.010

## **18.PROCESSOS JUDICIAIS**

## 18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer diante das questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da sequinte forma:

	Depósitos judiciais		Processos	judiciais
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Cível (a)	3.715	7.676	1.006	1.359
Tributária (c)	10.012	7.846	16.712	16.231
Trabalhista (b)	14.564	21.208	26.514	29.092
Ambiental (d) .			310	
Total	28.291	36.730	44.542	46.682
Curto prazo	-	_	2.138	3.011
Longo prazo	28.291	36.729	42.404	43.671
	28.291	36.729	44.542	46.682

#### Movimentação dos Processos Judiciais

#### Circulante

	31.12.2014	Adições	Baixas	31.12.2015
Trabalhista	1.652	13.131	13.961	822
Ambiental	_	310	_	310
Cível	1.359	7.515	7.868	1.006
Total	3.011	20.956	21.829	2.138
Não circulante				
Trabalhista	27.440	13.757	15.505	25.692
Fiscal	16.231	481		16.712
Total	43.671	14.238	15.505	42.404
Trabalhista	29.092	26.888	29.466	26.514
Ambiental	_	_	_	310
Cível	1.359	7.515	7.868	1.006
Fiscal	16.231	481		16.712
Total	46.682	34.884	37.334	44.542

## Movimentação Depósitos Judiciais

#### Não circulante

	31.12.2014	Adições	<u>Baixas</u>	31.12.2015
Trabalhista	21.208	8.118	14.762	14.564
Cível e ambiental	7.675	9.365	13.325	3.715
Tributário	7.846	2.697	531	10.012
Total	36.729	20.180	28.618	28.291

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- (c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.
- (d) Os processos ambientais referem-se a autuações recebidas de órgãos fiscalizadores de Meio Ambiente nas esferas federais, estadual e municipais, sendo que a Companhia vem contestando tais autuações via administrativa e judicial.

## 18.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer diante das eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2015	31.12.2014
Cível	4.421	357
Trabalhista	28.127	22.262
Tributária	14.451	3.864
Ambiental	2.882	3.427
Total	49.881	29.910

## 19. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

#### 19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios

acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

#### 19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

#### 19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei Complementar nº 108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da previdência oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- · Pecúlio por morte.

#### a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

#### b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

#### c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial), será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

### • Carências (Aposentadoria Programada):

- Idade mínima: 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa**: 10 anos (fundadores);
- Tempo mínimo de plano: 15 anos (não fundadores).

#### • Carência (Aposentadoria por invalidez):

 Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

#### Suplementação de Aposentadoria

 A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

#### Suplementação de Pensão

- Por morte em atividade: 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte.
- Por morte na aposentadoria: 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

### Pecúlio por morte

 Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

#### Reajuste

 As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

#### 19.2. Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

#### 19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar:
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
  - Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% efetuada no máximo 12 vezes por ano;
  - Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
  - Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
  - Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
  - Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.
- Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:
  - Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
  - Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
  - Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.
- A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

- Término do vínculo por qualquer razão;
- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

#### 19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 01.02.2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

#### a) Salário de participação

O salário de participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá à soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas-extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

#### b) Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos salários de participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

## c) Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a R\$ 484,64 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) em 31.12.2015, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação IBGE.

#### d) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- Carências (Aposentadoria Programada): a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
  - Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano.
  - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador.
  - Tenha atingido a idade mínima:
  - Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.
  - Aposentadoria Antecipada: 50 anos de idade.
  - Carência (Aposentadoria por invalidez).
- Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
- Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.
- Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada.

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

## Renda de Aposentadoria por Invalidez:

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

 O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;

- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício.

#### Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia.
- A diferenca de 60% do salário-real-de-benefício e 10 Unidades Mínimas FAECES.
- 10% do salário-real-de-benefício.

#### Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria.
- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

### Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

#### Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

## 19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das pro-

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

## 19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

## 19.3.1.1. Indicadores

- Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 7,27% a.a.;
- Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos:
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 7,27% a.a.;
- Crescimento real anual de salários: 1%;
- Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo.

## 19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste:

- a) Capacidade salarial: Não adotado;
- b) Capacidade do benefício: Não adotado.

### 19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

### 19.3.1.3.1. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: AT-83 segregada por sexo;
- b) Entrada em Invalidez: LIGHT (média);
- c) Mortalidade de Inválidos: IAPB 57 Forte.

#### 19.3.1.3.2. Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: 0,0%;
- Geração Futura: Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

#### 19.3.2. Outras hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- Composição familiar do participante: considera-se que 95% são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

#### 19.4. Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa.

#### Plano Básico

Evercície fiscal finde em

Exercicio fiscal findo em:	31.12.2015	31.12.2014
A. Reconciliação do valor das obrigações a	tuariais	
Valor das obrigações no início do ano	310.289	312.136
Custo do serviço corrente	4.341	33
Juros sobre a obrigação atuarial	40.453	38.175
Benefícios pagos no ano	(17.417)	(15.924)
(Ganho)/perda atuarial	(59.481)	(24.131)
Valor das obrigações no final do ano	278.185	310.289
B. Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	226.076	221.818
Rendimento esperado no ano	29.382	26.375

#### Contribuições de patrocinadoras..... 12.128 2.625 Contribuição de participantes vertidas ao 5.597 3.253 plano..... Benefícios pagos no ano..... (17.417)(15.924)Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano (8.809)(12.072)Valor justo dos ativos no final do ano ... 246.957 226.075

#### C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanco Valor presente das obrigações atuariais

Componentes de de	/ (rossita) da r	alama	
Passivo/(Ativo) líqui	do	31.228	84.214
Déficit/(Superávit) para	a cobertura de planos	31.228	84.214
Valor justo dos ativos o		(246.957)	(226.075)
com cobertura		278.185	310.289

## D. Componentes da despesa / (receita) do plano

reconhecida	74.176	64.583
Total da despesa (receita) a ser		
Rendimento esperado dos ativos do plano	29.382	26.375
Juros sobre as obrigações atuariais	40.453	38.175
Custo do serviço corrente	4.341	33

E. Resumo dos Dados Cadastrais		
Participantes Ativos		
Quantitativo	504	521
Salário médio	5.794	5.703
Idade média	55	54
Tempo médio de serviço	31	30
Aposentados		
Quantitativo	681	616
Idade média	67	67
Benefício médio	1.836	1.872
Pensões		
Quantitativo	164	150
Idade média	70	61
Benefício médio	661	446

## 1. Componentes da despesa/ (Receita) do plano projetada para

reconhecida	12.963	(12.777)
Total da (despesa) / receita a ser		
Rendimento esperado dos ativos	(34.930)	(29.382)
Contribuições de participantes	(6.081)	(3.482)
Juros sobre obrigação atuarial	36.639	15.746
Custo do serviço corrente bruto	17.335	4.341
proximo anos		

## 2. Hipóteses usadas para determinar a despesa / (Receita) do plano Taxa de juros nominal:

Projeção salarial (ao ano):	0,50%
Inflação (ao ano):	6,49%
Fator de capacidade dos benefícios	96,99%

#### 19.5. Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$ 51.394 que deverá ser paga em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Em 30 de dezembro de 2014 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 11.388.

Em 24/11/2015 foi assinado o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 7.063.

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	31.12.2015	31.12.2014
Passivo circulante	6.499	4.886
Passivo não circulante	22.807	21.763
Passivo não circulante-CPC 33	1.922	57.406
Total	31.228	84.055

## **20. CRÉDITOS DE ACIONISTAS**

	31.12.2015	31.12.2014
Créditos monetários de acionistas	43.561	3.086
Total	43.561	3.086

O Governo do Estado, acionista majoritário da Companhia, realizou aportes em dinheiro durante o exercício de 2015 na ordem de R\$ 40.475 para a realização de obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário conforme discriminado no quadro abaixo. Os recursos foram contabilizados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para incorporação ao Capital Social da Companhia no próximo exercício após aprovação na Assembleia dos Acionistas.

### Movimentação dos Créditos de Acionistas

	31.12.2014	Adições	Baixas	31.12.2015
Crédito obra - SES Baixo Marinho- Cariacica	3.086	293	-	3.379
Crédito obra - SAA Reis Magos-Serra	-	37.000		37.000
Crédito obra - SAA Vila Velha	-	1.382		1.382
Crédito obra - SAA Guarapari		1.800		1.800
	3.086	40.475		43.561

## 21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

		31.12.2015	31.12.2014
Município de Cariacica	(a)	322	330
Município de Viana	(b)	210	215
Secretaria de Estado de Turismo	(c)	1.357	1.571
Município de Serra	(d)	591	-
Sedurb - Nova Venécia	(e)	5.826	5.826
Sedurb - Santa Leopoldina	(f)	1.248	745
Sedurb - Pancas	(g)	3.982	3.982
Sedurb - Cariacica	(h)	105	105
FINEP	(i)	403	403
Governo do Estado - Conv. ICMS	(j)	8.763	17.895
Sedurb - Mucurici	(k)	1.359	1.359
Total		24.166	32.431

- (a) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
- (b) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação:
- (c) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação;
- (d) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Cidade Nova da Serra, município de Serra, com a obra em operação;
- (e) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Venécia:
- (f) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Santa Leopoldina;
- (g) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esqotamento Sanitário na sede do município de Pancas;
- (h) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nova Rosa da Penha e adjacências, no município de Cariacica;
- (i) Refere-se a recursos recebidos da FINEP, empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiamento de uma pesquisa para desenvolver soluções tecnológicas para geração de biocombustível em Estações de Tratamento de Esgoto;
- (j) A Companhia recebeu recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- (k) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do município de Mucurici.

#### 22. Instrumentos financeiros

## a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

### Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

		3	1.12.2015	3:	L.12.2014
Instrumentos financeiros	Mensuração	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	10.607	10.607	7.745	7.745
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	130.038	130.038	131.411	131.411
Valores mobiliários	Custo Amortizado	39.221	39.221	3.482	3.482
Adiantamentos e convênios	Custo Amortizado	14.872	14.872	21.318	21.318
Contratos de concessão indenizáveis	Custo Amortizado	139.691	139.691	92.558	92.558
Total do ativo financeiro		334.429	334.429	256.514	256.514
Passívos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo Amortizado	162.925	162.925	163.328	163.328
Fornecedores	Custo Amortizado	41.620	41.620	46.753	46.753
Créditos de acionistas	Custo Amortizado	43.561	43.561	3.086	3.086
Total passivo financeiro		248.106	248.106	213.167	213.167

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

#### (i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de câmbio e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2015 de 31 de dezembro de 2014.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

#### Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura viária do Estado do Espírito Santo (ARSI) para uma periodicidade anual.

## Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

## Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base		Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2015			
R\$ 162.925	+	0,5%	815
		0,5%	(815)
31.12.2014			
R\$ 163.328	+	0,5%	817
		0,5%	(817)

A movimentação presumida em pontos-base para a análise de sensibilidade da taxa de juros nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

#### Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábi		
	31.12.2015	31.12.2014	
Instrumentos de taxa fixa			
Ativos financeiros	334.429	256.514	
Passivos financeiros	(248.106)	(213.167)	
	86.323	43.347	

## Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

## Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2015					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	10.607	_	10.607
Valores mobiliários	5	-	39.221	-	39.221
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	130.038	-	130.038
Adiantamentos e convênios	8	-	14.872	-	14.872
Contrato de concessão indenizáveis	13		139.691		139.691
			334.429		334.429
Empréstimo bancário garantido	15	_	_	162.925	162.925
Fornecedores	13	-	-	41.620	41.620
Crédito de acionistas	20			43.561	43.561
				248.106	248.106
	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2014	_Nota_			Financeiros ao Custo	Total contábil
31 de dezembro de 2014 Caixa e equivalentes de caixa	Nota 4			Financeiros ao Custo	Total contábil 7.745
			recebíveis	Financeiros ao Custo	
Caixa e equivalentes de caixa	4		recebíveis 7.745	Financeiros ao Custo	7.745
Caixa e equivalentes de caixa	4 5		7.745 3.482	Financeiros ao Custo	7.745 3.482
Caixa e equivalentes de caixa	4 5 6		7.745 3.482 131.411	Financeiros ao Custo	7.745 3.482 131.411
Caixa e equivalentes de caixa	4 5 6 8		7.745 3.482 131.411 21.318	Financeiros ao Custo	7.745 3.482 131.411 21.318
Caixa e equivalentes de caixa  Valores mobiliários  Contas a receber de clientes e outros créditos  Adiantamentos e convênios  Contrato de concessão indenizáveis	4 5 6 8		7.745 3.482 131.411 21.318 92.558	Financeiros ao Custo	7.745 3.482 131.411 21.318 92.558
Caixa e equivalentes de caixa  Valores mobiliários  Contas a receber de clientes e outros créditos  Adiantamentos e convênios  Contrato de concessão indenizáveis  Total	4 5 6 8 13		7.745 3.482 131.411 21.318 92.558	Financeiros ao Custo Amortizado	7.745 3.482 131.411 21.318 92.558 <b>256.514</b>
Caixa e equivalentes de caixa  Valores mobiliários  Contas a receber de clientes e outros créditos  Adiantamentos e convênios  Contrato de concessão indenizáveis  Total  Empréstimo bancário garantido	4 5 6 8 13		7.745 3.482 131.411 21.318 92.558	Financeiros ao Custo Amortizado  163.328	7.745 3.482 131.411 21.318 92.558 <b>256.514</b> 163.328

## Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	6,52	6,56
Arrendamento mercantil	17,81	17,81
	24,33	24,37

## Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da Tall Tree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

## (ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

## Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

## Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

#### 

(\*) Conforme cassificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

### (iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

_	Faixas de vencimento (i)				
_	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	10.969	20.656	21.353	109.947	162.925
Créditos de acionistas	43.561	_	_	_	43.561
Fornecedores e outras obrigações	41.620				41.620
_	96.150	20.656	21.353	109.947	248.106
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos	11.307	21.129	19.105	111.786	163.328
Créditos de acionistas	3.086	_	_	_	3.086
Fornecedores e outras obrigações	46.753	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	46.753
Total	61.146	21.129	19.105	111.786	213.167

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

#### b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	31.12.2015	31.12.2014
Total dos empréstimos e debêntures (nota 15)	162.925	163.328
Menos: caixa e equivalente de caixa (nota 04)	10.607	7.745
Dívida líquida	152.318	155.583
Total do patrimônio líquido	2.062.249	1.919.539
Total do capital	2.214.567	2.075.122
Índice de alavancagem financeira %	7	7
Índice de capital de terceiros %	7	8

## 23. PARTES RELACIONADAS

## 23.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 84,53% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo, com 15,03% de ações, e pela Superintendência de Projetos de Polarização Industrial, com 0,18%, totalizando 99,74% das suas ações. Os 0,26% remanescentes são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados nas Notas  $n^{os}$  6.1 e 25.1, respectivamente.

### 23.2. Remuneração administradores

A remuneração global anual dos Administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pagos a título de remuneração foi de R\$ 1.877 e encargos e benefícios no montante de R\$ 710.

	31.12.2015	31.12.2014
Remuneração	1.877	1.864
Benefícios	710	755
	2.587	2.619

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 24.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 1.866.976.913 (R\$ 1.767.210.956 em 31 de dezembro de 2014), representado por 1.866.976.913 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	1.578.222.699	84,53%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	280.687.826	15,03%
Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN)	3.351.253	0,18%
Minoritários	4.715.135	0,25%
	1.866.976.913	100%

#### 24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193, da Lei nº 6404/76, e artigo 30, letra "a", do Estatuto Social da Companhia".

## 24.3. Aumento de capital

Em 30 de abril de 2015, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da Companhia, conforme decisão em Ata. Os recursos foram provenientes de:

	31.12.2015	31.12.2014
Crédito de acionistas	_	65.000
Dividendos/JSCP	57.346	42.860
Incorporação obras-recursos do Estado	-	37.709
Reservas de investimentos	42.420	28.553
Total	99.766	174.122

## 24.4. Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido do exercício	65.371	97.089
Reserva legal (5%)	(3.269)	(4.854)
Realização da reserva de reavaliação	4.222	4.222
Base de cálculo dos dividendos	66.324	96.457
Dividendos (25%)	16.581	24.114
Juros sobre capital próprio	35.490	55.350
Imposto de renda retido na fonte	(17)	(20)
Valor líquido para distribuição	35.473	55.330

O saldo de juros sobre capital próprio de R\$ 35.473, referente ao exercício de 2015, não foi pago até 31.12.2015.

#### 24.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Essa destinação é realizada somente ao final do exercício.

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no exercício de 2016 estão detalhadas a seguir:

	Previs	tos 2016
		Total Previsto
21.121	73.827	94.948
58.050	29.150	87.200
12.094	10.196	22.290
91.265	113.173	204.438
	21.121 58.050 12.094	Recursos Próprios         Outras Fontes           21.121         73.827           58.050         29.150

Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão de Sistemas de Abastecimentos de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Operacional e Institucional, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

## 24.6. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados.

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.142/2014. Segundo essa resolução, o valor a ser distribuído será limitado a 15% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76 e demais regras contábeis vigentes.

A Companhia destinou do resultado apurado, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 11.177 (R\$ 10.892 em 31 de dezembro de 2014) para fazer face a esse compromisso:

Participação dos empregados	31.12.2015	31.12.2014
Início do exercício	10.892	10.081
Pago no exercício	(10.892)	(10.081)
Constituído no exercício	11.177	10.892
Final do exercício	11.177	10.892
A seguir, memória de cálculo da GER:		
Descrição		R\$ mil
Lucro de exercício		65.371
Reversão da GER		11.177
Lucro após reversão da GER		76.548
Reversão do IRPJ sobre a GER		(2.734)
Reversão da CSLL sobr a GER		(984)
Lucro do exercício para GER		72.829
Recálculo benefício fiscal (JSCP)		1.687
Valor a distribuir - 15%		74.516

## 25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de economias		Valores em R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fornecimento de água				
Residencial	811.385	789.985	360.209	357.848
Comercial	73.453	69.238	74.038	69.091
Industrial	1.228	1.289	63.836	63.775
Órgãos públicos	4.827	4.794	32.700	36.173
Outras receitas do fornecimento de água			5.274	4.642
	890.893	865.306	536.057	531.529
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	375.774	337.797	118.461	110.392
Comercial	37.827	33.305	34.220	27.112
Industrial	586	549	4109	3749
Órgãos públicos	1.607	1.429	9.990	8.758
Outras receitas dos serviços de esgoto			228	349
	415.794	373.080	167.008	150.360
			703.065	681.889
(-) Deduções da receita				
PASEP			(11.631)	(11.231)
COFINS			(53.649)	(51.731)
			(65.280)	(62.962)
Total			637.785	618.927

(624)

64.965

(1.612)

43.361

## COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN CNPJ: 28.151.363/0001-47

### 25.1. Faturamento com partes relacionadas

Tribunal de Justiça.....

25.1. Faturamento com partes relacion	nadas		26. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	i	
Nome	31.12.2015	31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
Arquivo Público Estadual		8	Despesas com pessoal	(92.605)	(86.563)
Banestes		74	Despesas com material	(12.086)	(12.987)
Bandes		15	Despesas com serviço de terceiros	(96.865)	(93.516)
		198	Depreciação e amortização	(67.301)	(64.367)
Assembleia Legislativa	217	190	Energia elétrica	(84.589)	(41.250)
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória	753	852		(353.446)	(298.683)
Corpo de Bombeiro Militar	44	62	27. RESULTADO FINANCEIRO		
Departamento de Imprensa Oficial	12	24	As receitas e despesas financeiras estão d	emonstradas c	omo segue:
Departamento de Estradas de Rodagem	43	53	·	24 42 2045	24 42 2044
Detran do Espírito Santo	218	147		31.12.2015	31.12.2014
Defensoria Pública do			Receitas de juros e acréscimos s/ faturas.		10.313
Estado do Espírito Santo	23	12	Receitas fin. de ganho com aplicações		3.856
Estado do Espírito Santo	74	130	Outras receitas financeiras		
Faculdade de Música do Espírito Santo	10	10		14.570	14.169
Hospital da Polícia Militar	621	822	Despesas c/ juros e demais encargos de	(15 107)	(12 527)
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	52	52	financiamentos  Taxas de serviços e demais tributos	(15.107)	(13.537)
	52	52	fiscais	(7.017)	(4.560)
Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do ES	285	709		(22.124)	(18.097)
Instituto Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural	16	3		(7.556)	(3.928)
Instituto de Defesa			28. DESPESAS COMERCIAIS		
Agropecuária e Florestal do ES	48	50	As despesas comerciais estão demonstrad	as como segue	::
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do ES	15	13		31.12.2015	31.12.2014
Instituto Jones dos Santos Neves	10	12	Despesas com pessoal	(14.169)	(12.561)
Instituto de Pesos e Medidas do ES	9	-	Despesas com material	,	(77)
Instituto de Previdência do Espírito Santo .	31	28	Despesas com serviço de terceiros		(14.872)
Junta Comercial do ES	5	7	Perdas no recebimento de tarifas	(57.355)	(47.878)
Ministério Público do Estado do ES	117	114	Reversão de perdas	7.305	6.644
Polícia Civil Delegacias Distritos	255	248	Outras despesas	(190)	(176)
Polícia Militar do Estado do Espírito Santo .	465	548		(85.814)	(68.920)
Procuradoria Geral do Estado	30	29	29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Rádio e TV Espírito Santo	7	6	29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Secretaria de Estado de	2	2		31.12.2015	31.12.2014
Assistência Social e Trabalho		3	Despesas com pessoal	(68.339)	(63.853)
Secretaria de Estado da Saúde		2.107	Despesas com material	(2.275)	(4.285)
Secretaria de Seguranca Pública	64	90	Despesas com serviço de terceiros		(60.203)
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	14	28	Outras despesas		3.820
Secretaria de Estado da Agricultura	255	309		<u>(102.673)</u>	(124.521)
Secretaria de Estado da Cultura	45	40	30. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE REI	NDA E CONTR	IBUIÇÃO
Secretaria de Estado da Fazenda	63	80		acto do Dondo	v (alígueta de
Secretaria de Estado da Justiça	7.114	6.665	A conciliação da despesa nominal de Imp 25%) e da Contribuição Social (alíquota de	9%) com a de	spesa efetiva,
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer	60	203	apresentada na Demonstração de Resultad	lo, é como seg	ue:
Secretaria de Estado de Turismo	4	7		31.12.2015	31.12.2014
Secretaria de Estado de Educação	3.250	3.817	Resultado antes dos impostos	79.606	122.185
Secretaria de Estado			Juros sobre capital próprio	(35.490)	(57.500)
de Gestão e Recursos Humanos	67	71	Base de cálculo	44.116	64.686
Tribunal de Contas do Estado	64	70	Adições	857	903
Tribunal de Justica	EOO	624	_ , ~		(60.1)

624

18.340

17.232

Exclusões .....

Lucro real.....

	IRPJ	CSLL	<u>IRPJ</u>	CSLL
Imposto de renda e contribuição social	10.822	3.902	16.223	5.847
Incentivos fiscais	(483)	_	(613)	-
Outros	(6)	_	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal	10.333	3.902	15.604	5.847
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Prejuízos fiscais	-	-	-	-
<ul> <li>Movimentações temporárias (tributo</li> </ul>				
diferido)	(275)	(99)	563	203
• IRRF / CSRF	(178)	(37)	(645)	(50)
• Outros	_	-	_	-
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	9.881	3.767	15.522	6.000
Alíquota efetiva	30,9	4%	33,2	7%

#### 31. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2015:

	Faixas de vencimento (i)				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2015					
Comprometimento de capital	296.236	113.647	42.703	492.145	

## **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**

#### Pablo Ferraço Andreão

Diretor-presidente

### Sandra Sily Carlos Fernando Martinelli

Diretor de Operação do Interior

#### Edmar José Zorzal

Gerente Financeiro e Contábil

## Anselmo Tozi

Diretor de Meio Ambiente

#### Reginaldo José de Castro

Contador CRC 11.475 0/ES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da

Diretora de Operação Metropolitana

Jose Eduardo Pereira

Diretor de Relações com o Cliente

**Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** Vitória - ES

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Úma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

## Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para a Companhia, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 14 de abril de 2015.

Belo Horizonte, 16 de março de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MG

Francisco de Paula dos Reis Júnior Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG

> Paulo Eduardo Santos Contador CRC 1MG 078750/0-3

## COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, cujo ativo e passivo importam em R\$ 2.541.674.546,00 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e seis reais), as respectivas Demonstrações

de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e considerando o Parecer da Auditoria Externa Independente, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória, 13 de abril de 2016.

Paulo Ruy Valim Carnelli Conselheiro Magnus Bicalho Thezolin Conselheiro André Rosetti Bresciani Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2015

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo Ativo/Pas-

sivo soma o montante de R\$ 2.451.674.546,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta um milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, e quinhentos e quarenta e seis reais), e aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 1 de abril de 2016

**João Carlos Coser** Presidente do C.A.

Robson Leite do Nascimento Conselheiro Pablo Ferraço Andreão Conselheiro

> José Alves Paiva Conselheiro

André de Albuquerque Garcia

Nildo Antônio Leite de Mendonça Conselheiro